

Oposição busca espaço para interferir

Começou ontem a tarde a troça de mísseis entre Oposição e Governo para ver quem conquista as posições vitais no teatro de guerra montado no Congresso para a votação do último pacote econômico, sob os céus das novas Câmara e Senado que assumiram há cinco dias. "Agora a força é nossa", proclamou o líder do Governo, deputado Humberto Souto (PFL-MG), a disposição de suas tropas em tomar antigos territórios da Oposição.

As manobras ocorrem em torno da indicação dos dois relatores nas comissões mistas que vão apreciar previamente cada uma das duas medidas provisórias que engrossam o pacote. "Deve ter o relator quem tiver votos para garantir o relatório", devolveu o líder em exercício do PMDB, deputado Genebaldo Correia (BA), desconfiando que o inimigo não tem soldados para tomar da Oposição as posições de relator.

O tiroteio aconteceu na reunião de líderes na Câmara e Senado para discutir a indicação dos membros das duas comissões e a escolha dos lugares de relator e presidente em cada uma delas: as Medidas Provisórias 294, que estabelece o congelamento de sa-

ários e preços; e 295, que acaba com a indexação monetária e muda o mercado financeiro. O combate deve continuar hoje, com a instalação das comissões.

Os dois adversários estão rigorosamente empatados nas comissões. Ali, a guerra será decidida em torno do relatório a ser apresentado pelo relator — seja de um lado ou de outro —, que poderá sugerir um novo texto alternativo às medidas provisórias. Se as comissões aprovarem as alternativas, elas entram em vantagem na guerra final do plenário do Congresso, em relação às medidas originais do Governo.

O empate passou a acontecer desde que o Governo cresceu no Senado; e na Câmara o PFL e o PRN unificaram suas forças num bloco, superando o PMDB. Como a distribuição nas comissões é proporcional às bancadas, o bloco passou a dispor de quatro entre as 14 vagas de cada uma delas, contra três do PMDB. Assim, em 14 vagas de uma comissão — sete para a Câmara e sete para o Senado —, a Oposição no todo fica com seis lugares certos e o Governo com outro tanto.

As duas vagas restantes são divididas entre os partidos

menores por rodízio. Por isso, no congelamento, uma vaga vai para deputado do PTB e outra para senador do PDT, o que mantém o empate, em sete a sete. Na desindexação, a questão é ainda mais complicada: uma vaga é de deputado do PT e outra de senador do PRN ou do PDT, pois os dois partidos estão empatados no Senado — a maioria fica para um lado ou outro, a depender do critério para escolha entre os dois partidos.

Com a situação de equilíbrio, fortalece-se a disputa pelas posições de relator. Na véspera, Genebaldo Correia anunciou que o PMDB poderia abrir mão das posições para o Governo, mas voltou atrás ontem ao receber um alerta dos comandados. Agora, faz uma guerra psicológica para convencer o inimigo sobre a manutenção da supremacia da Oposição. Por isso, o PMDB pode oferecer ao Governo as presidências das comissões para ter os relatores.

Mas a tropa do Governo desconfia de uma armadilha do PMDB: quem assumir a presidência de uma comissão, fica em minoria na sua votação, pois o presidente vota apenas em caso de empate.